



Faculdade de Ciências da Saúde - FACS

Os efeitos do incesto na dinâmica familiar: O conjunto e o indivíduo

#### Resumo

A presente pesquisa objetiva analisar a configuração familiar pós-abuso sexual paterno-filial; levantar dados sobre como cada indivíduo e a própria família se organizou diante da vivência incestuosa; compreender como cada indivíduo significou o ato abusivo e determinar a importância da escuta de todos os integrantes do núcleo familiar para a organização salutar deste grupo. Os dados foram adquiridos através da análise dos relatórios técnicos de um psicossocial da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal, tendo assim um viés através da relação da justiça, respaldada pelo psicossocial, com a família que vivenciou a referida situação. Baseou-se no enfoque da psicologia Sistêmica Familiar, fundamentada por Minuchin e colaboradores, buscando a visão do conjunto familiar como unidade. Percebe-se a relevância em discutir o presente tema, uma vez que iniciativas possam surgir e ajudar na construção de uma atuação psicossocial mais humana, protetiva, acolhedora e incluyente.

Palavras-chave: Incesto paterno-filial. Sistema familiar. Psicossocial Jurídico. Escuta Psicossocial.

The effects of incestuous in family's dynamic: The Whole and the individual

#### Abstract

This research pretends to analyze the family configuration after a paternal-branch sexual abuse; to raise data on each individual and the family itself got organized before incestuous experience; to understand how each individual meant the abusive act and to determine the importance of the listening of all integrant of the family nucleus for a salutary organization of this group. The data were acquired through the analysis of technical reports of a social-psych section from court of childhood and Youth of Distrito Federal, thus have a broach between the justice relationship, based on social-psych section, with the family who lived the cited situation. It was based on Family System School, substantiated by Minuchin e collaborators, searching a vision of the familiar set as unit. It is perceived the relevance in arguing the present subject, a time that initiatives can appear and help in the construction of a social-psych performance more human, protective, welcoming and included.

Ariadne Araújo Cerqueira – psicóloga formada no UniCEUB

Sandra Maria Baccara Araújo- Doutora em psicologia, professora do Centro universitário de Brasília – UniCEUB.

Pesquisa realizada através do Programa de Iniciação Científica (PIC) do UniCEUB

## Os efeitos do incesto na dinâmica familiar: O conjunto e o indivíduo

### Resumo

A presente pesquisa objetiva analisar a configuração familiar pós-abuso sexual paterno-filial; levantar dados sobre como cada indivíduo e a própria família se organizou diante da vivência incestuosa; compreender como cada indivíduo significou o ato abusivo e determinar a importância da escuta de todos os integrantes do núcleo familiar para a organização salutar deste grupo. Os dados foram adquiridos através da análise dos relatórios técnicos de um psicossocial da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal, tendo assim um viés através da relação da justiça, respaldada pelo psicossocial, com a família que vivenciou a referida situação. Baseou-se no enfoque da psicologia Sistêmica Familiar, fundamentada por Minuchin e colaboradores, buscando a visão do conjunto familiar como unidade. Percebe-se a relevância em discutir o presente tema, uma vez que iniciativas possam surgir e ajudar na construção de uma atuação psicossocial mais humana, protetiva, acolhedora e incluyente.

Palavras-chave: Incesto paterno-filial. Sistema familiar. Psicossocial Jurídico. Escuta Psicossocial.

### The effects of incestuous in family's dynamic: The Whole and the individual

### Abstract

This research pretend to analyze the family configuration after a paternal-branch sexual abuse; to raise data on each individual and the family itself got organized before incestuous experience; to understand how each individual meant the abusive act and to determine the importance of the listening of all integrant of the family nucleus for a salutary organization of this group. The data were acquired through the analysis of technical reports of a social-psych section from court of childhood and Youth of Distrito Federal, thus have a broach between the justice relationship, based on social-psych section, with the family who lived the cited situation. It was based on Family System School, substantiated by Minuchin e collaborators, searching a vision of the familiar set as unit. It is perceived the relevance in arguing the present subject, a time that initiatives can appear and help in the construction of a social-psych performance more human, protective, welcoming and included.

Ariadne Araújo Cerqueira – psicóloga formada no UniCEUB

Sandra Maria Baccara Araújo- Doutora em psicologia, professora do Centro universitário de Brasília – UniCEUB.

Pesquisa realizada através do Programa de Iniciação Científica (PIC) do UniCEUB

- **Introdução:**

Segundo dados da Polícia Civil, o número de denúncias no período de janeiro a julho de 2006, no Distrito Federal, foi de 234 casos. A Associação Brasileira multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência - ABRAPIA- estimou, em 2002, que 165 crianças e adolescentes sofrem abuso sexual por dia e que, em grande parte, o agressor pertence ao seio familiar, sendo o pai, seguido do padrasto, os principais abusadores. No Brasil, sabe-se que os casos denunciados de violência doméstica cometida contra crianças e adolescentes constituem apenas uma parcela das violências cometidas contra as vítimas, ocultando, assim, inúmeros casos, infelizmente não informados (Azevedo e Guerra,1998).

A família, como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo a nível dos parâmetros culturais, mas possuindo semelhantes raízes. Torna-se dever da família inserir seus membros na sociedade de acordo com as normas vigentes. Para Minuchin (1982), no núcleo familiar, é dever dos pais, serem responsáveis pela educação dos filhos, pela proteção, pela nutrição afetiva, pela transmissão de valores como a solidariedade e a honestidade, pelos cuidados físicos e outros.

A noção de pertencimento e de ser realmente amada e valorizada pela família, contribui para que a criança sinta-se segura e amparada em sua trajetória de vida, garantindo suas expectativas quanto a ser atendida em suas necessidades. As transações com os pais fortalecem o desenvolvimento dos recursos internos da criança, para que esta possa enfrentar as situações de risco. No entanto, quando essas situações são apresentadas por aqueles que deveriam prover proteção, várias consequências podem surgir que comprometam o desenvolvimento da criança.

A violência sexual, principalmente infantil, torna-se uma das situações mais preocupantes dos trabalhadores incumbidos pela proteção social; uma vez que sua revelação implica em várias quebras de valores sociais, como a pureza e a invasão de intimidade, dificultando sua revelação. Assim, piora quando esta é cometida por membros da família e que, segundo dados estatísticos, acontecem em 87% dos casos (Sanderson, 2005).

Na medida em que a revelação se torna pública em relações inter e intra-familiar, todo o sistema se afeta diretamente sobre a ocorrência do abuso. Acredita-se que diante

desses fatores que evidenciam a dinâmica familiar abusiva, a sobrevivência da família e da vítima nesse processo é marcada por muitas dores, as quais refletem no processo emocional, físico, educacional, social e afetivo destes. Muitos são os conflitos relacionados ao contexto de abuso em que estão sendo submetidos, principalmente nas tentativas não acolhidas sobre a problemática em que vivem, no processo de revelação e proteção da vítima e de todos integrantes constituintes do núcleo (Lins, 2006).

Pode-se compreender que, aplicando os ensinamentos de Andolfi (2000), o abuso seria a representação de um contexto muito maior, o qual deve ser investigado além. A família por si pode ter desenvolvido uma dinâmica de funcionamento, a qual se expressa indivíduos em sofrimento e sobrecarregados pela função exercida, como a própria vítima que através do ato paternal foi promovida a ocupar o papel de esposa, ou o irmão que foi promovido à função paternal, uma vez que todos estão afetados demais para cuidar da família e proteger seus integrantes (Scodelario, 2002).

Assim, o trabalho com a família nos contextos de violência é mais do que necessário, uma vez que a vivência mostra-nos o posicionamento familiar diante de tal situação e que o atendimento unicamente do sujeito vítima, é diminuto, sendo que é inserido em um contexto que apresenta intenso sofrimento pela situação incestuosa vivenciada.

A compreensão da dor de cada indivíduo pertencente ao ato abusivo, direta ou indiretamente, torna-se essencial para que o abuso configure-se de maneira mais salutar possível, evitando a promoção de sintomas que sejam reproduzidos e até carregados entre gerações. Corroborando com as idéias de Faiman (2004), torna-se essencial a escuta de todos os integrantes do sistema, tirando o foco da vítima e do ser vítima, proporcionando que características menos superficiais do funcionamento mental e do conjunto revelem-se favorecendo o desenvolvimento de recursos psicológicos para uma reestruturação do indivíduo e do conjunto.

- **Método:**

A pesquisa qualitativa foi a opção ideal ao modelo de estudo que propomos trazer durante o presente trabalho, pois nos proporcionou um espaço mais amplo de discussão e produção de conhecimento, respeitando, ainda, o sujeito como indivíduo, participante de um contexto social singular que corrobora para um processo de construção de conhecimento com base na relação.

A presente pesquisa foi realizada na Seção de Estudos Técnicos – SET da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal - VIJ, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT. A SET tem como objetivo principal auxiliar o Juiz da VIJ, realizando visitas e entrevistas que agrupem informações psicossociais sobre a denúncia exposta nos processos, confeccionando relatório técnico sugerindo ao Juiz medidas protetivas ou ações que visem melhorar a situação vivenciada pela família.

A pesquisa foi realizada a partir da análise de cinco relatórios técnicos com situação de incesto, derivados de estudos realizados na Seção de Estudos Técnicos – SET da Vara da Infância e da Juventude, confeccionados por psicólogos da referida Seção.

Para a criação do instrumento foram lidos oito outros relatórios, a fim de extrair destes os elementos comuns de suas construções (vide em anexos tabela 1. Instrumento – estrutura dos relatórios).

Em um segundo momento, problematizou-se sobre a estruturação dos dados, algumas inquietações e realizou-se busca bibliográfica que assessorasse as argumentações a serem levantadas na discussão.

- **Resultados:**

Diante da análise dos relatórios, através do instrumento apresentado, chegou-se a dez categorizações as quais rodeiam o ambiente familiar em casos de incesto paterno-filial. Tais categorizações descrevem um clima aflitivo e conturbado nas famílias presentes nos relatórios e que são apresentadas a seguir:

1. Agressor violento (fisicamente e através de ameaças), não só com a vítima, mas no contexto familiar;
2. Agressor dominante na família;
3. Vítima baixa autonomia e baixa auto-estima;
4. Auto-culpabilização pela vítima;
5. Silêncio;
6. Conjugalidade afetada;
7. Irmãos desorientados;
8. Mãe falha e com culpa;
9. Afastamento do agressor;
10. Quebra da fidelidade familiar com o OUTRO (social).

Segundo Azevedo (1998), o incesto não costuma ser a única violência perpetrada pelo agressor; na maioria dos casos as contingências são marcadas por eventos de agressão física e psicológica, como ameaças e constantes brigas com uso de palavras de baixo calão. Ainda segundo Azevedo, este personagem sente a necessidade de demonstrar que exerce o poder no núcleo familiar, buscando muitas vezes relacionar-se com mulheres de perfil submisso.

Tais assertivas podem ser corroboradas com vários diálogos encontrados nos relatórios analisados como os exemplificados abaixo:

→ Agressor violento (fisicamente e através de ameaças), não só com a vítima, mas no contexto familiar:

“Vale ressaltar que a genitora foi alvo de violência física por parte do Sr. RC ao ter testemunhado um evento abusivo” ; “ Em entrevista, esta afirma que mantinha com o ex-marido relação conflituosa com agressões verbais e físicas de ambas as partes, o que indica um relacionamento tenso entre o par parental.” ; “A entrevistada relatou que o comportamento violento do Sr. EL também lhe atingia, descrevendo diversas situações em que foi agredida por seu companheiro – chegando, inclusive, a ter de se submeter a uma cirurgia para reparar uma fratura no nariz ocasionada por um violento soco deferido pelo referido senhor.”.

→ Agressor dominante na família:

“Os atos ocorriam sob a ameaça de que *“se contasse ele mataria minha mãe e meus irmãos”*.”; “A jovem confirmou ainda que, embora tentasse resistir, as relações sexuais completas eram concretizadas com o uso da força física.” ; “Ao saber da denúncia de GMR acerca dos abusos sexuais, o Sr. EL espancou violentamente a jovem com socos e a ameaçou com uma faca dizendo: “Isto é pra você nunca mais inventar nada com o meu nome, sua *vagabunda*”, segundo informou a entrevistada. Eram freqüentes tanto as agressões físicas quanto verbais de seu companheiro contra GMR.”

Assim, percebe-se que conforme Azevedo explicita, o agressor mantém uma postura dominante que subjuga a vítima e a família com que se relaciona. Tal aspecto torna-se importantíssimo para o surgimento de danos psicológicos tais como o medo, a culpa, a baixa auto-estima, a submissão entre outros, encontrados nos próximos dois tópicos da análise dos relatórios:

→ Vítima com baixa autonomia e baixa auto-estima;

→ Culpabilização de si mesma diante do ato abusivo.

Encontrou-se tais aspectos nos relatos abaixo:

“Pudemos observar enquanto conseqüências da experiência abusiva a existência de ideações suicidas por parte da jovem, relatadas pela própria e por sua mãe, em entrevistas distintas. Embora a adolescente negue que tenha tentado passar da ideação ao ato, a Sra. DTS contou-nos que em diversas vezes ouviu a filha dizer-lhe que queria morrer e em uma ocasião observou a filha portando uma faca pressionando o pulso. A jovem também contou que desenvolveu uma gastrite, experimentou sentimentos de culpa pelo abuso e disse-nos que sua vida “ficou marcada para sempre” em função do abuso sofrido. A Sra. DTS contou-nos ainda que sua filha apresentava-se triste e ansiosa.”; *“sinto que fui esquecida, que tudo que aconteceu comigo ficou para trás, como uma página de um livro virada e que ficou trancado.”* No que se refere à experiência abusiva a adolescente relatou: “Ele [EL] me batia... falava que eu estava inventando... eu tinha medo dele” (sic).”; “A percepção da jovem quanto aos abusos que sofria são extremamente negativos: “Eu pedia pra Deus me matar... não conseguia falar pra ninguém” (sic). Observamos que as ideações suicidas estavam presentes desde os seis ou sete anos de idade, segundo o relato da jovem. Disse-nos que tentou subir em uma árvore e se jogar com a intenção de cometer suicídio, sem, entretanto conseguir concretizar o ato.”

Percebe-se diante das citações acima a constância de ideações suicidas por parte das vítimas em tais situações, parte de um processo degradante, dilacerante, da persona do sujeito diante do ato abusivo. O cultivo dos sentimentos de medo e culpa levam a tal processo, que em 70% dos casos de suicídio vêm acompanhados de depressão (Ministério da Saúde, 2006). Segundo Azevedo e Guerra (1998) as conseqüências psicológicas do abuso para a vítima são comumente efeitos tais como angústia, alto nível de ansiedade, isolamento, medo, culpa, vergonha, nervosismo, pessimismo, baixa auto-estima e depressão, as quais acabam comprometendo as relações interpessoais na família e demais instituições, relações essas importantíssimas para o desenvolvimento de qualquer criança.

Conforme citado acima, tais expressões emocionais surgem diante de um histórico repressor submerso em um contexto hierarquizado, no qual o maior age sobre o menor, apropriando-se do corpo desse, imobilizando qualquer ação de defesa da

criança (Cerqueira, 2007). Neste sentido, o silêncio surge como um sentimento de medo e impotência da criança diante da situação abusiva sendo o segredo revelado após anos de violência, evitando a quebra da fidelidade familiar e de seu contexto protetivo.

→ Silêncio:

“O abuso sexual perdurou dos 12 aos 15 anos de idade”; “Os atos ocorriam sob a ameaça de que se contasse ele mataria minha mãe e meus irmãos”; “Após ter sofrido uma agressão física por parte do Sr. EL, GMR relatou que sentiu muita raiva do agressor, contando sobre os abusos sexuais a sua prima PR” (após 11 anos de vivência abusiva).

Na medida em que a revelação da ocorrência do abuso se torna pública em relações inter e intra-familiar, todo o sistema é afetado diretamente. Acredita-se que diante desses fatores que evidenciam a dinâmica familiar abusiva, a sobrevivência da família e da vítima nesse processo é marcada por muitas dores, as quais refletem no processo emocional, físico, educacional, social e afetivo destes. Nesse sentido, o silêncio mantém o equilíbrio mínimo do núcleo e uma falsa tentativa de coesão e fidelidade familiar. Muitos são os conflitos relacionados ao contexto de abuso em que todos da família estão sendo submetidos, principalmente nas tentativas não acolhidas sobre a problemática em que vivem, no processo de revelação e proteção da vítima e de todos integrantes constituintes do núcleo (Lins, 2006). Assim percebe-se que o núcleo familiar se afeta como um todo, comprometendo, como foi visto nos relatórios, a conjugalidade e a relação entre irmãos que se tornam perdidos no novo contexto.

→ Conjugalidade afetada:

“Em entrevista, esta afirma que mantinha com o ex-marido relação conflituosa com agressões verbais e físicas de ambas as partes, o que indica um relacionamento tenso entre o par parental.”; “A inclusão dos demais membros da família em programas de apoio e de promoção poderá ajudar na intenção de reverter o sentimento de abandono e de esquecimento observado pela família...”; “A entrevistada relatou sentir “*pena*” de seu companheiro pela situação em que este foi envolvido e por duvidar se os abusos sexuais realmente ocorreram – apesar de saber que toda a sua família rejeita o seu ex-companheiro.”; “Acrescentou que ela (genitora) também está sofrendo muito com esta situação e que nenhum de seus familiares lhe ofereceu qualquer auxílio.”; “GMR relatou que atualmente reside com o avô materno, tias e primos, mas que não se sente



confortável naquela residência devido ao comportamento hostil do Sr. AL: “Ele não fala direito comigo... me xinga... falta me bater” (sic). Atribui tal comportamento por parte de seu avô deva-se à crença por parte do mesmo de que ela foi a “responsável” pelas experiências de abuso.”.

→ Irmãos desorientados:

“Percebo que meus irmãos não me respeitam mais, acho que eles me culpam do por que o pai foi embora”.

Pode-se compreender que, aplicando os ensinamentos de Andolfi (2000), o abuso seria a representação de um contexto muito maior, o qual deve ser investigado levando-se em consideração outros quesitos como, posição e funções familiares (inclusive família extensa, acreditando-se que o núcleo é a conjunção de duas histórias vivenciais, representadas na conjugalidade e na parentalidade). A família, por si, pode ter desenvolvido uma dinâmica de funcionamento, a qual se expressa através de indivíduos em sofrimento e sobrecarregados pela função exercida, como a própria vítima que através do ato paternal foi promovida a ocupar o papel de esposa, ou o irmão que foi promovido à função paternal, uma vez que todos estão afetados demais para cuidar da família e proteger seus integrantes (Scodelario, 2002).

Neste sentido, percebe-se que uns dos sentimentos comuns nas genitoras responsáveis pelo lar afetado são de falha e culpa. Tais sentimentos surgem diante de um contexto psíquico em que se sentem responsáveis pelo ato, uma vez que impossibilitaram seu acontecimento e pelo agressor ser seu companheiro, pessoa de sua escolha.

→ Mãe falha e com culpa:

“A genitora ficou muito emocionada e relatou que sentia-se uma mãe fracassada por ter sido incapaz de proteger sua filha em sua própria casa”

“Acrescentou que ela (genitora) também está sofrendo muito com esta situação e que nenhum de seus familiares lhe ofereceu qualquer auxílio.”.

Quando a situação de abuso sexual se dá ocorre uma quebra no arquétipo parental, no qual o onírico do processo edípico é invadido pela realidade, não só para a vítima, mas para o núcleo familiar que é afetado por uma transgressão do modelo cultural, assumindo, muitas vezes, uma atitude passiva diante da situação abusiva (Faleiros, 2005). Assim, percebe-se que a compreensão dessa quebra de função familiar

torna-se para cada indivíduo incluso uma atividade extensa e difícil. A revelação e medidas tomadas após o abuso contribuem para a intensificação da situação supracitada. Alguma das conseqüências surgem diante da exposição da situação como:

→ Afastamento do agressor:

Ação contemplada nas medidas protetivas:

“Diante dos fatos acima narrados e do ponto de vista psicossocial, sugere-se que o pai permaneça afastado do lar, conforme artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de forma a evitar maiores prejuízos psicossociais para a adolescente em questão”

→ Quebra da fidelidade familiar com o OUTRO (social):

O silêncio surge como um sentimento de medo e impotência da criança diante da situação abusiva sendo o segredo revelado após anos de violência, evitando a quebra da fidelidade familiar e de seu contexto protetivo. Muitas vezes a própria família torna-se ciente da situação e tenta resolver entre si no lugar de promover uma denúncia. Exemplo disso são os longos períodos de silêncio sobre o abuso. “Após ter sofrido uma agressão física por parte do Sr. EL, GMR relatou que sentiu muita raiva do agressor, contando sobre os abusos sexuais a sua prima PR” (após 11 anos de vivência abusiva).

Deste modo, percebeu-se que diante desses fatores que evidenciam a dinâmica familiar abusiva, a sobrevivência da família e da vítima nesse processo é marcada por muitas dores, as quais refletem no processo emocional, físico, educacional, social e afetivo destes. Conforme visto, muitos são os conflitos relacionados ao contexto de abuso em que estão sendo submetidos, principalmente nas tentativas não acolhidas sobre a problemática em que vivem as referidas famílias.

- **Conclusão:**

Avaliou-se que o trabalho com a família nos contextos de violência é mais do que necessário, uma vez que a vivência mostra-nos o posicionamento familiar diante de tal situação e que o atendimento unicamente do sujeito vítima, é diminuto, sendo que é inserido em um contexto que apresenta intenso sofrimento pela situação incestuosa vivenciada.

A família como núcleo constituinte, coeso e transferencial precisa de atenção global em todo seu processo de desenvolvimento. Por ser pertencida por um grupo de pessoas,

a família tem a perspectiva do conjunto e do indivíduo ambos permeados pela complexa subjetividade.

Nos casos de incesto, a visão global torna-se mais do que necessária; o processo de vitimização cega o verdadeiro processo que foi constituído, no qual o significado se coloca não diante do dito nas normas sociais, mas na vivência de cada indivíduo, no encontro de cada um com a situação. Portanto, a escuta de todos os indivíduos integrantes do contexto incestuoso é imprescindível para o verdadeiro acolhimento e processamento da situação, cedendo espaço para cada integrante colocar sua dor e assim analisar na visão global a melhor ferramenta a se oferecer ao grupo familiar para o trabalho do tema. O objetivo torna-se que o conjunto lide com o incesto de maneira tal que seus integrantes encontrem um espaço saudável na família, evitando a formação do segredo, proporcionado a livre fala dos integrantes e rompendo com uma possível transgeracionalidade, a qual independe da reprodução da vítima representada.

Para tanto, a visão do conjunto familiar em toda sua complexidade é imprescindível. As ferramentas utilizadas no acolhimento devem ter coesão com cada vivência e com cada dor, facilitando o processo de reabilitação familiar. O incesto traz complexas ordens e estas não podem, e não devem, ser limitadas à visão de padrão social, uma vez que a subjetividade nos traz instâncias imprevisíveis. O posicionamento do indivíduo, a visão do funcionamento global e a não-fixação na eticidade (estigmatização) do acontecimento são as principais ferramentas de auxílio aos indivíduos que passam por tal vivência.

Remissivamente, percebeu-se que os objetivos da presente pesquisa foram alcançados conforme ansiado em seu projeto de apresentação, trazendo proposta de atendimentos psicossociais amplos, com base no enfoque sistêmico familiar, no qual o técnico em seu relatório teria como discorrer sobre a situação de todos os membros do núcleo familiar inserido em um contexto de violência sexual paterno-filial, proporcionando uma ação mais ampla nas medidas de proteção a essas famílias.

#### **Referência bibliográfica:**

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de proteção à infância e à adolescência. Disponível em: <http://www.abrapia.org.br> – acesso 10 abr 2007.

ANDOLFI, M. Família/ indivíduo: Um modelo trigeracional. In: ELKAIM (Org.) Terapia familiar em transformação. São Paulo: Summus, 2000, p.119-142.

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. Infância e violência fatal em família. São Paulo: iglu, 1998.

CERQUEIRA, A. A. Concepção e atuação da justiça em casos de incesto paterno-filial. 2007. Monografia de final do curso de Psicologia, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2007.

FAIMAN, C. J. S. Abuso Sexual em Família: a violência do incesto à luz da Psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FALEIROS, V. P. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama, trauma. In COSTA & ALMEIDA (Orgs) Violência no Cotidiano: do risco à proteção Brasília: Universa, 2005, p. 107 - 124).

LINS, T. A. Violência Sexual: Justiça e Proteção. 2006. Monografia de final do curso de Psicologia, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2006.

MINUCHIN, S. Famílias: funcionamento e tratamento. (Trad. J. A. Cunha) Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

SANDERSON, C. Abuso sexual em crianças: Fortalecendo Pais e Professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: Ed. M. Books do Brasil, 2005

SCODELARIO, A. S. A família abusiva. In FERRARI & VECINA (Orgs), O fim do silêncio na Violência Familiar: Teoria e Prática. São Paulo : Agora, 2002, p. 73-80.

Anexo1

(tabela 1. Instrumento – Estrutura dos relatórios).

<b>Estrutura do relatório</b>	
Introdução	» Apresentação: Requerente, objetivo e procedimentos.
Desenvolvimento	» Análise técnica: - Visita: composição da casa; condições de habitabilidade e atores que se encontravam em casa no momento da visita. - Entrevistas: <ul style="list-style-type: none"><li>• Entrevista com o responsável: contextualização do relacionamento com o agressor; contextualização agressor/família; contextualização do abuso; percepções sobre a criança; relação genitora – criança e comportamentos protetivos / negligentes durante a revelação.</li><li>• Entrevista com a criança: contextualização do abuso; relação social; sentimentos sobre o abuso; sentimentos sobre o agressor; relação com o agressor; relação com o responsável; efeitos do abuso e situação atual.</li></ul>
Conclusão	» Parecer (percepções do técnico): caracterização do abuso; dinâmica familiar; relação criança/família – agressor; sentimento da família/agressor; situação atual da criança; conseqüências do abuso. » Sugestões (Medidas Protetivas)



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Curso de Psicologia

**Efeitos do incesto na dinâmica familiar:**

**O conjunto e o indivíduo**

Aluna: Ariadne Araújo Cerqueira Ra:2031080/3

Orientadora: Sandra Maria Baccara Araújo

Brasília, agosto de 2008

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

**Efeitos do incesto na dinâmica familiar:  
O conjunto e o indivíduo**

Aluna: Ariadne Araújo Cerqueira Ra:2031080/3

Orientadora: Sandra Maria Baccara Araújo

Curso de Psicologia

Brasília, agosto de 2008.

## Resumo

A presente pesquisa objetivou analisar a configuração familiar pós-abuso sexual paterno-filial; levantar dados sobre como cada indivíduo e a própria família se organizou diante da vivência incestuosa; compreender como cada indivíduo significou o ato abusivo e determinar a importância da escuta de todos os integrantes do núcleo familiar para a organização salutar deste grupo. Os dados e análise dos relatórios tiveram um viés através da relação da justiça, respaldada pelo psicossocial, com a família que vivenciou a referida situação, baseando-se no enfoque da psicologia Sistêmica Familiar, fundamentada por Minuchin e colaboradores. Neste estudo avaliou-se os efeitos da vivência incestuosa paterno-filial para o núcleo familiar integral, diante da atuação do psicossocial Jurídico, no caso estudado, a Seção de Estudos Técnicos – SET da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal. O fenômeno da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes tem sido amplamente discutido na última década, sendo material constante de estudos e pesquisas nas diversas áreas, como na Psicologia Jurídica que lida diariamente com a situação supracitada. Assim, percebe-se a relevância em discutir o presente tema, uma vez que iniciativas possam surgir e ajudar na construção de uma atuação psicossocial mais humana, protetiva, acolhedora e incluyente. Realizou-se levantamento bibliográfico sobre a configuração familiar e as contextualizações inerentes a esse sistema, como as bases patriarcalistas, a subjugação do homem às minorias como mulheres e crianças e a importância das funções parentais para a qualidade familiar. Para a presente pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa, a qual condizia com a estrutura do presente trabalho, uma vez que constantemente questiona-se a multiplicidade e o sujeito pertencente desta. Como procedimento, realizou-se o estudo de oito relatórios técnicos e a análise dos dados de três destes, os quais prioritariamente continham situação de incesto paterno-filial com a presença de um núcleo familiar extenso (contendo integrantes além de vítima, agressor e responsável, como irmãos e tios sendo integrantes da dinâmica familiar). Diante da análise dos dados, percebeu-se a presença de características emocionais semelhantes nas respectivas famílias estudadas, tais como agressor violento (fisicamente e através de ameaças), não só com a vítima, mas no contexto familiar; agressor dominante na família; vítima- baixa autonomia e baixa auto-estima; auto-culpabilização por parte da vítima; silêncio familiar; conjugalidade afetada; irmãos desorientados; mãe falha e com culpa; quebra da fidelidade familiar com o outro (social).



## Sumário

I. Introdução _____	05
II. Metodologia _____	10
III. Desenvolvimento da pesquisa _____	14
IV. Conclusão _____	20
V. Referências Bibliográficas _____	23

*“Art.227. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de **colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.***

...

*§4. A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.” [grifo nosso]*

**Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.**

## **I. Introdução**

No decorrer dos seis meses de experiência com casos de violência sexual intrafamiliar na Vara da Infância e da Juventude, sempre me questionei como a família se reorganizaria para conseguir lidar com tamanha situação; mas, além disso, como aquele pai ou mãe, aquela irmã ou irmão estavam se sentindo diante do ocorrido. Será que havia ali sentimentos de culpa e/ ou inveja? Talvez um futuro de superproteção? Uma individualização? Um processo de adultização precoce? Como será que a vítima estava sendo vista pela família? Qual será o novo papel que essa criança ou adolescente tomará na atual configuração familiar? Qual a função que o agressor conquistará nessa família e quais serão os resultados da sua atuação no conjunto familiar? Segundo Gonçalves (2003) reconhecer o abuso como produto de múltiplas determinações, efeito de forças que atuam em conexão no indivíduo, na família, na comunidade e na cultura torna-se essencial no processo de compreensão da situação do abuso; assim, entende-se a complexidade do fato e a necessidade de compreender e acolher esses indivíduos que passam por tal situação.

Segundo dados da Polícia Civil, o número de denúncias no período de janeiro a julho de 2006, no Distrito Federal, foi de 234 casos. A Associação Brasileira multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência - ABRAPIA- estimou, em 2002, que 165 crianças e adolescentes sofrem abuso sexual por dia e que, em grande parte, o agressor pertence ao seio familiar, sendo o pai, seguido do padrasto, os principais abusadores. No Brasil, sabe-se que os casos denunciados de violência doméstica

cometida contra crianças e adolescentes constituem apenas uma parcela das violências cometidas contra as vítimas, ocultando, assim, inúmeros casos, infelizmente não informados (Azevedo e Guerra,1998). A realidade sobre a violência sexual infanto-juvenil é bastante expressiva; a situação que milhares de famílias se encontram é preocupante, são poucas as que conseguem enfrentar o tema e buscar uma ação na qual proteja seus indivíduos; porém, estas têm que passar por um processo judicial cruel, desgastante e repetitivo, expondo todos seus integrantes.

No entanto, dificilmente uma família que passou por determinada vivência consegue se ver livre das conseqüências que esse ato traz; todas as famílias que se esforçam para manter o segredo do abuso o revive cada vez que algo o denuncia, evitando, assim, comunicação entre seus integrantes sobre o fato. A retroalimentação dessa dor atinge não só a vítima, mas a todos os integrantes daquele sistema, produzindo comumente a cristalização de papéis, funções e posição no núcleo familiar (Scodelario, 2002).

A família, como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo a nível dos parâmetros culturais, mas possuindo semelhantes raízes. Torna-se dever da família inserir seus membros na sociedade de acordo com as normas vigentes. Para Minuchin (1982), no núcleo familiar, é dever dos pais, serem responsáveis pela educação dos filhos, pela proteção, pela nutrição afetiva, pela transmissão de valores como a solidariedade e a honestidade, pelos cuidados físicos e outros. Em uma sociedade, a maior representação de normas sócio-culturais é a sua respectiva legislação, no Brasil encontra-se na Constituição de 1988, o capítulo VII que resguarda a família, a criança, o adolescente e o idoso; neste encontra-se o artigo 229 que discorre “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.”. A família é vista como instituição indissolúvel e sustentada por seus integrantes, com deveres de assistir a si, no período de vida de seus membros.

Ainda referindo-se sobre a Constituição de 1988, o artigo 227, aciona a família, a sociedade e o Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao

respeito, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los salvos de toda forma de negligência, exploração, discriminação, violência, crueldade e opressão. Assim, na prática, o Estado responsabiliza a família pelo desenvolvimento biopsicossocial de seus jovens membros. A família torna-se responsável por desvios de condutas de seus integrantes, uma vez que a culpabilização da sociedade e do Estado não oferece alternativas reformadoras.

A família desempenha um papel fundamental, considerando que constitui, no modelo burguês, o primeiro sistema de interação da criança, servindo de principal modelo e instrumento de sobrevivência. A noção de pertencimento e de ser realmente amada e valorizada pela família, contribui para que a criança sinta-se segura e amparada em sua trajetória de vida, garantindo suas expectativas quanto a ser atendida em suas necessidades. As transações com os pais fortalecem o desenvolvimento dos recursos internos da criança, para que esta possa enfrentar as situações de risco. No entanto, quando essas situações são apresentadas por aqueles que deveriam prover proteção, várias consequências podem surgir que comprometam o desenvolvimento da criança.

Conforme citado anteriormente, a função parental é necessária para o crescimento salutar da criança, e que essa se divide por gênero em sua execução, sendo fortemente influenciada pelos estigmas sociais de feminilidade e masculinidade. Sabendo dos aspectos referidos, discorre-se sobre a relação de poder que o homem exerce na família e que, muitas vezes, excede-se oprimindo aqueles que vivem no sistema (esposa e filhos). As ações do provedor podem ser um reflexo do próprio sistema ou de um núcleo externo; no entanto, quando expressa-se afeta todo sistema familiar. Em casos de violência física, sua revelação surge diante dos hematomas constantemente gerados; porém, em casos como violência sexual e violência psicológica a revelação é geralmente muito mais demorada, surge quando o indivíduo vitimizado traz o relato da violência como um pedido de socorro e é comunicado a pessoas de confiança, diante até do sentimento de vergonha com a situação envolvida.

A violência sexual, principalmente infantil, torna-se uma das situações mais preocupantes dos trabalhadores incumbidos pela proteção social; uma vez que sua revelação implica em várias quebras de valores sociais, como a pureza e a invasão de

intimidade, dificultando sua revelação. Assim, piora quando esta é cometida por membros da família e que, segundo dados estatísticos, acontecem em 87% dos casos (Sanderson, 2005).

Em situações como o incesto, tema base da presente pesquisa, a violência pode se tornar por anos em segredo e até ignorada, evitando a quebra da fidelidade familiar e de seu contexto protetivo. Quando a situação de abuso sexual se dá ocorre uma quebra no arquétipo parental, no qual o onírico do processo edípico é invadido pela realidade, não só para a vítima, mas para o núcleo familiar que é afetado por uma transgressão do modelo cultural, assumindo, muitas vezes, uma atitude passiva diante da situação abusiva (Faleiros, 2005).

A grande verdade é que antes mesmo do próprio incesto ocorrer, o sistema familiar já está sendo afetado. Transparece-se na violência sexual uma situação hierárquica onde o maior age sobre o menor, apropriando-se do corpo desse, imobilizando qualquer ação de defesa da criança. Quando se trabalha com a família, consegue-se perceber que esse anseio pelo poder por parte do agressor estava presente em várias relações familiares, colocando todo núcleo familiar como vítima e muitas vezes facilitador desse padrão.

Na medida em que a revelação se torna pública em relações inter e intra-familiar, todo o sistema se afeta diretamente sobre a ocorrência do abuso. Acredita-se que diante desses fatores que evidenciam a dinâmica familiar abusiva, a sobrevivência da família e da vítima nesse processo é marcada por muitas dores, as quais refletem no processo emocional, físico, educacional, social e afetivo destes. Muitos são os conflitos relacionados ao contexto de abuso em que estão sendo submetidos, principalmente nas tentativas não acolhidas sobre a problemática em que vivem, no processo de revelação e proteção da vítima e de todos integrantes constituintes do núcleo (Lins, 2006).

Pode-se compreender que, aplicando os ensinamentos de Andolfi (2000), o abuso seria a representação de um contexto muito maior, o qual deve ser investigado além, outros quesitos, posições e funções familiares (inclusive família extensa, acreditando-se que o núcleo é a conjunção de duas histórias vivenciais, representadas na conjugalidade e na parentalidade). A família por si, pode ter desenvolvido uma

dinâmica de funcionamento, a qual se expressa indivíduos em sofrimento e sobrecarregados pela função exercida, como a própria vítima que através do ato paternal foi promovida a ocupar o papel de esposa, ou o irmão que foi promovido à função paternal, uma vez que todos estão afetados demais para cuidar da família e proteger seus integrantes (Scodelario, 2002).

Assim, o trabalho com a família nos contextos de violência é mais do que necessário, uma vez que a vivência mostra-nos o posicionamento familiar diante de tal situação e que o atendimento unicamente do sujeito vítima, é diminuto, sendo que é inserido em um contexto que apresenta intenso sofrimento pela situação incestuosa vivenciada.

A compreensão da dor de cada indivíduo pertencente ao ato abusivo, direta ou indiretamente, torna-se essencial para que o abuso configure-se de maneira mais salutar possível, evitando a promoção de sintomas que sejam reproduzidos e até carregados entre gerações. Corroborando com as idéias de Faiman (2004), torna-se essencial a escuta de todos os integrantes do sistema, tirando o foco da vítima e do ser vítima, proporcionando que características menos superficiais do funcionamento mental e do conjunto revelem-se favorecendo o desenvolvimento de recursos psicológicos para uma reestruturação do indivíduo e do conjunto.

A presente pesquisa objetivou analisar a configuração familiar pós-abuso; levantar dados sobre como cada indivíduo, e a própria família, se organizou diante dessa vivência; compreender como cada indivíduo significou o ato abusivo e determinar a importância da escuta de todos os integrantes do núcleo familiar para a organização salutar deste grupo.

## II. METODOLOGIA

Negar os aspectos sociais e individuais do homem é negar o próprio ser humano e retroceder à formulação de indivíduos abstratos e a-históricos. A psicologia estuda as construções advindas da relação e da própria subjetividade individual - concebendo esta como um sistema aberto, complexo, pluridimensional e fluido, a qual define sua qualidade em uma multiplicidade diferenciada de configurações, que são únicas em cada sujeito ou elemento social concreto (González Rey, 2004); assim, não se deve ausentar a riqueza de tais elementos para construção de resultados que serão fidedignos parcialmente à representação solicitada, resguardando a construção de conhecimentos mais complexos e aprofundados.

A subjetividade abandona os preceitos concebidos pela psicologia cartesiano-positivista, pautada na idéia de causa e efeito linear, universalização acerca da personalidade humana e certezas absolutas, e traz base para afirmar a questão de que a pesquisa não é um processo de produção de dados, mas de conhecimento (González Rey, 2005 p.32).

Segundo González Rey (1999) A pesquisa qualitativa é um processo permanente de produção de conhecimento onde os resultados são momentos parciais, que de forma permanente se integram com novas questões e abrem novos caminhos para a produção do conhecimento, permitindo, assim, que o sujeito investigado seja ativo no curso da investigação, não sendo simplesmente um reservatório de respostas prontas a expressar-se diante da pergunta tecnicamente bem formulada. O sujeito, na verdade, não responde linearmente as perguntas que lhe dirigem, mas realiza verdadeiras construções implicadas nos diálogos dentro dos quais se expressa.

Pelos motivos supracitados, entendeu-se que a pesquisa qualitativa fosse a opção ideal ao modelo de estudo que propomos trazer durante o presente trabalho, proporcionando um espaço mais amplo de discussão e produção de conhecimento, respeitando, ainda, o sujeito como indivíduo, participante de um contexto social singular que corrobora para um processo de construção de conhecimento com base à relação.

## **1. Contexto da Pesquisa**

A presente pesquisa foi realizada na Seção de Estudos Técnicos – SET da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal - VIJ, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF. A SET é uma seção que tem como objetivo principal auxiliar o Juiz da VIJ, realizando visitas e entrevistas que agrupem informações psicossociais sobre a denúncia exposta nos processos, confeccionando relatório técnico sugerindo medidas protetivas ou ações que visem melhorar a situação vivenciada pela família . O relatório, produto do estudo técnico, será encaminhado para apreciação do Juiz da VIJ, o qual decidirá, baseado nas sugestões expostas no mesmo, as ações que se adéquam à situação descrita. A SET é responsável pelos estudos de casos referente aos Processos Cíveis (guarda, tutela, emancipação e outros) e aos Autos de Pastas Especiais, que expressam os casos de crianças e adolescentes em situação de risco com a denúncia desta realizadas nas diversas instituições de auxílio à sociedade como, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Redes de Saúde e Educação, Conselhos Tutelares, Promotorias de Justiça e de Defesa e Organizações não governamentais.

Na Seção divide-se o trabalho entre assistentes sociais e psicólogos. O supervisor da Seção prefere distribuir processos de maior complexidade para os psicólogos, tais como os de violência sexual. O procedimento de resolução dos casos é semelhante aos dois grupos profissionais, destoando-se na confecção dos relatórios.

## **2. Fonte de Dados**

A presente pesquisa foi realizada a partir da análise de cinco relatórios técnicos com situação de incesto, derivados de estudos realizados na Seção de Estudos Técnicos – SET da Vara da Infância e da Juventude, confeccionados por psicólogos da referida Seção.

A escolha do relatório como parte de instrumento da presente pesquisa (ao invés da entrevista, conforme sugerido no plano inicial) surgiu da lógica em que se poderia evitar a revitimização dos indivíduos inclusos na situação possivelmente traumática, concomitantemente a coação dos mesmos a participarem de uma pesquisa uma vez



que a pesquisadora estaria numa posição de poder, como representante da justiça realizando uma entrevista psicossocial.

### 3. Instrumento

O instrumento foi criado para que conseguisse atingir o objetivo instaurado na presente pesquisa. Anteriormente à análise dos relatórios, foram lidos oito outros relatórios, com situação de incesto paterno-filial, a fim de extrair destes os elementos comuns de suas construções. Logo após construiu-se a ferramenta sobre a qual foram analisados os cinco relatórios propostos na presente pesquisa, a qual é apresentada remissivamente no quadro abaixo.

<b>Estrutura do relatório</b>	
Introdução	» Apresentação: Requerente, objetivo e procedimentos.
Desenvolvimento	<p>» Análise técnica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Visita: composição da casa; condições de habitabilidade e atores que se encontravam em casa no momento da visita.</li> <li>- Entrevistas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista com o responsável: contextualização do relacionamento com o agressor; contextualização agressor/família; contextualização do abuso; percepções sobre a criança; relação genitora – criança e comportamentos protetivos / negligentes durante a revelação.</li> <li>• Entrevista com a criança: contextualização do abuso; relação social; sentimentos sobre o abuso; sentimentos sobre o agressor; relação com o agressor; relação</li> </ul> </li> </ul>

	com o responsável; efeitos do abuso e situação atual.
Conclusão	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Parecer (percepções do técnico): caracterização do abuso; dinâmica familiar; relação criança/família – agressor; sentimento da família/agressor; situação atual da criança; conseqüências do abuso.</li> <li>» Sugestões (Medidas Protetivas)</li> </ul>

#### 4. Procedimentos

No primeiro momento da pesquisa, procuraram-se os técnicos responsáveis pelos relatórios, apresentando a proposta do presente trabalho. Solicitou-se um relatório para cada responsável, com o fim de começar a análise dos mesmos. Para construção do instrumento, promoveu-se a leitura de oito relatórios buscando verificar elementos comuns na construção destes. A partir desta etapa realizou-se a organização dos dados, relacionando-os com a literatura levantada para o presente estudo.

No segundo momento, problematizaram-se sobre a estruturação dos dados algumas inquietações e realizou-se busca bibliográfica que assessorasse as argumentações a serem levantadas na discussão. Promoveu-se a elaboração da discussão sobre os dados encontrados, proporcionando um pensamento crítico com relação aos efeitos intrínsecos e diretos nos casos de incesto paterno-filial entre indivíduos e o conjunto familiar.

### III. Desenvolvimento da pesquisa

Diante da análise dos relatórios, através do instrumento apresentado, chegou-se a dez categorizações as quais rodeiam o ambiente familiar em casos de incesto paterno-filial. Categorizações que descrevem um clima aflitivo e conturbado nas famílias presentes nos relatórios e que são apresentadas a seguir:

1. Agressor violento (fisicamente e através de ameaças), não só com a vítima, mas no contexto familiar;
2. Agressor dominante na família;
3. Vítima baixa autonomia e baixa auto-estima;
4. Auto-culpabilização pela vítima;
5. Silêncio;
6. Conjugalidade afetada;
7. Irmãos desorientados;
8. Mãe falha e com culpa;
9. Afastamento do agressor;
10. Quebra da fidelidade familiar com o OUTRO (social).

Segundo Azevedo (1998), o incesto não costuma ser a única violência perpetrada pelo agressor; na maioria dos casos as contingências são marcadas por eventos de agressão física e psicológica, como ameaças e constantes brigas com uso de palavras de baixo calão. Ainda segundo Azevedo, este personagem sente-se a necessidade de demonstrar que exerce o poder no núcleo familiar, buscando muitas vezes relacionar-se com mulheres de perfil submisso.

Tais assertivas podem ser corroboradas com vários diálogos encontrados nos relatórios analisados como os exemplificados abaixo:

- Agressor violento (fisicamente e através de ameaças), não só com a vítima, mas no contexto familiar:

“Vale ressaltar que a genitora foi alvo de violência física por parte do Sr. RC ao ter testemunhado um evento abusivo” ; “ Em entrevista, esta afirma que mantinha com o ex-marido relação conflituosa com agressões verbais e físicas de ambas as partes, o que indica um relacionamento tenso entre o par parental.” ; “A entrevistada relatou que

o comportamento violento do Sr. EL também lhe atingia, descrevendo diversas situações em que foi agredida por seu companheiro – chegando, inclusive, a ter de se submeter a uma cirurgia para reparar uma fratura no nariz ocasionada por um violento soco deferido pelo referido senhor.”.

→ Agressor dominante na família:

“Os atos ocorriam sob a ameaça de que *“se contasse ele mataria minha mãe e meus irmãos”.*”; “A jovem confirmou ainda que, embora tentasse resistir, as relações sexuais completas eram concretizadas com o uso da força física.” ; “Ao saber da denúncia de GMR acerca dos abusos sexuais, o Sr. EL espancou violentamente a jovem com socos e a ameaçou com uma faca dizendo: “Isto é pra você nunca mais inventar nada com o meu nome, sua *vagabunda*”, segundo informou a entrevistada. Eram freqüentes tanto as agressões físicas quanto verbais de seu companheiro contra GMR. “

Assim, percebe-se que conforme Azevedo explicita o agressor mantém uma postura dominante que subjuga a vítima e a família com que se relaciona. Tal aspecto torna-se importantíssimo para o surgimento de arranhos psicológicos tais como o medo, a culpa, a baixa auto-estima, a submissão entre outros. Arranhos estes, referentes aos próximos dois tópicos encontrados na análise dos relatórios:

→ Vítima com baixa autonomia e baixa auto-estima;

→ Culpabilização de si mesma diante do ato abusivo.

Encontra-se tais aspectos nos relatos abaixo:

“Pudemos observar enquanto conseqüências da experiência abusiva a existência de ideações suicidas por parte da jovem, relatadas pela própria e por sua mãe, em entrevistas distintas. Embora a adolescente negue que tenha tentado passar da ideação ao ato, a Sra. DTS contou-nos que em diversas vezes ouviu a filha dizer-lhe que queria morrer e em uma ocasião observou a filha portando uma faca pressionando o pulso. A jovem também contou que desenvolveu uma gastrite, experimentou sentimentos de culpa pelo abuso e disse-nos que sua vida “ficou marcada para sempre” em função do abuso sofrido. A Sra. DTS contou-nos ainda que sua filha apresentava-se triste e ansiosa.”; *“sinto que fui esquecida, que tudo que aconteceu comigo ficou para*

*trás, como uma página de um livro virada e que ficou trancado.*”; “No que se refere à experiência abusiva a adolescente relatou: “Ele [EL] me batia... falava que eu estava inventando... eu tinha medo dele” (sic).”; “A percepção da jovem quanto aos abusos que sofria são extremamente negativos: “Eu pedia pra Deus me matar... não conseguia falar pra ninguém” (sic). Observamos que as ideações suicidas estavam presentes desde os seis ou sete anos de idade, segundo o relato da jovem. Disse-nos que tentou subir em uma árvore e se jogar com a intenção de cometer suicídio, sem, entretanto conseguir concretizar o ato.”

Percebe-se diante das citações acima a constância de ideações suicidas por parte das vítimas inclusas em tais situações, parte de um processo degradante, dilacerante, da persona do sujeito diante do ato abusivo. O cultivo dos sentimentos de medo e culpa levam a tal processo, que em 70% dos casos de suicídio vêm acompanhados de depressão (Ministério da Saúde, 2006). Segundo Azevedo e Guerra (1998) as conseqüências psicológicas do abuso para a vítima são comumente efeitos tais como angústia, alto nível de ansiedade, isolamento, medo, culpa, vergonha, nervosismo, pessimismo, baixa auto-estima e depressão, as quais acabam comprometendo as relações interpessoais na família e demais instituições, relações essas importantíssimas para o desenvolvimento de qualquer criança.

Conforme citado acima, tais expressões emocionais surgem diante de um histórico repressor submerso em um contexto hierarquizado, no qual o maior age sobre o menor, apropriando-se do corpo desse, imobilizando qualquer ação de defesa da criança (Cerqueira, 2007). Neste sentido, o silêncio surge como um sentimento de medo e impotência da criança diante da situação abusiva sendo o segredo revelado após anos de violência, evitando a quebra da fidelidade familiar e de seu contexto protetivo.

→ Silêncio:

“O abuso sexual perdurou dos 12 aos 15 anos de idade”; “Os atos ocorriam sob a ameaça de que “se contasse ele mataria minha mãe e meus irmãos”; “Após ter sofrido uma agressão física por parte do Sr. EL, GMR relatou que sentiu muita raiva do agressor, contando sobre os abusos sexuais a sua prima PR” (após 11 anos de vivência abusiva).

Na medida em que a revelação se torna pública em relações inter e intra-familiar, todo o sistema se afeta diretamente sobre a ocorrência do abuso. Acredita-se que diante desses fatores que evidenciam a dinâmica familiar abusiva, a sobrevivência da família e da vítima nesse processo é marcada por muitas dores, as quais refletem no processo emocional, físico, educacional, social e afetivo destes. Nesse sentido, o silêncio mantém o equilíbrio mínimo do núcleo e uma falsa tentativa de coesão e fidelidade familiar. Muitos são os conflitos relacionados ao contexto de abuso em que todos da família estão sendo submetidos, principalmente nas tentativas não acolhidas sobre a problemática em que vivem, no processo de revelação e proteção da vítima e de todos integrantes constituintes do núcleo (Lins, 2006). Assim percebe-se que o núcleo familiar se afeta como um todo, comprometendo, como foi visto nos relatórios, a conjugalidade e a relação entre irmãos que se tornam perdidos no novo contexto.

→ Conjugalidade afetada:

“Em entrevista, esta afirma que mantinha com o ex-marido relação conflituosa com agressões verbais e físicas de ambas as partes, o que indica um relacionamento tenso entre o par parental.”; “A inclusão dos demais membros da família em programas de apoio e de promoção poderá ajudar na intenção de reverter o sentimento de abandono e de esquecimento observado pela família...”; “A entrevistada relatou sentir “*pena*” de seu companheiro pela situação em que este foi envolvido e por duvidar se os abusos sexuais realmente ocorreram – apesar de saber que toda a sua família rejeita o seu ex-companheiro.”; “Acrescentou que ela (genitora) também está sofrendo muito com esta situação e que nenhum de seus familiares lhe ofereceu qualquer auxílio.”; “GMR relatou que atualmente reside com o avô materno, tias e primos, mas que não se sente confortável naquela residência devido ao comportamento hostil do Sr. AL: “Ele não fala direito comigo... me xinga... falta me bater” (sic). Atribui tal comportamento por parte de seu avô deva-se à crença por parte do mesmo de que ela foi a “responsável” pelas experiências de abuso.”.

→ Irmãos desorientados:

“percebo que meus irmãos não me respeitam mais, acho que eles me culpam do porquê o pai foi embora”.

Pode-se compreender que, aplicando os ensinamentos de Andolfi (2000), o abuso seria a representação de um contexto muito maior, o qual deve ser investigado além, outros quesitos, posições e funções familiares (inclusive família extensa, acreditando-se que o núcleo é a conjunção de duas histórias vivenciais, representadas na conjugalidade e na parentalidade). A família, por si, pode ter desenvolvido uma dinâmica de funcionamento, a qual se expressa indivíduos em sofrimento e sobrecarregados pela função exercida, como a própria vítima que através do ato paternal foi promovida a ocupar o papel de esposa, ou o irmão que foi promovido à função paternal, uma vez que todos estão afetados demais para cuidar da família e proteger seus integrantes (Scodelario, 2002).

Neste sentido, percebe-se que uns dos sentimentos comuns nas genitoras responsáveis pelo lar afetado são de falha e culpa. Tais sentimentos surgem diante de um contexto psíquico em que se sentem responsáveis pelo ato, uma vez que impossibilitaram seu acontecimento e por o agressor ser seu companheiro, pessoa de sua escolha.

→ Mãe falha e com culpa:

“A genitora ficou muito emocionada e relatou que sentia-se uma mãe fracassada por ter sido incapaz de proteger sua filha em sua própria casa”

“Acrescentou que ela (genitora) também está sofrendo muito com esta situação e que nenhum de seus familiares lhe ofereceu qualquer auxílio.”.

Quando a situação de abuso sexual se dá ocorre uma quebra no arquétipo parental, no qual o onírico do processo edípico é invadido pela realidade, não só para a vítima, mas para o núcleo familiar que é afetado por uma transgressão do modelo cultural, assumindo, muitas vezes, uma atitude passiva diante da situação abusiva (Faleiros, 2005). Assim, percebe-se que a compreensão dessa quebra de função familiar torna-se para cada indivíduo incluso uma atividade extensa e difícil. A revelação e medidas tomadas após o abuso contribuem para a intensificação da situação supracitada. Alguma das conseqüências surgem diante da exposição da situação como:

→ Afastamento do agressor:

Ação contemplada nas medidas protetivas:

“Diante dos fatos acima narrados e do ponto de vista psicossocial, sugere-se que o pai permaneça afastado do lar, conforme artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de forma a evitar maiores prejuízos psicossociais para a adolescente em questão”

→ Quebra da fidelidade familiar com o OUTRO (social):

O silêncio surge como um sentimento de medo e impotência da criança diante da situação abusiva sendo o segredo revelado após anos de violência, evitando a quebra da fidelidade familiar e de seu contexto protetivo. Uitas vezes a própria família torna-se ciente da situação e tenta resolver entre si do que promover uma denúncia. Exemplo disso são os longos períodos de silêncio sobre o abuso. “Após ter sofrido uma agressão física por parte do Sr. EL, GMR relatou que sentiu muita raiva do agressor, contando sobre os abusos sexuais a sua prima PR” (após 11 anos de vivência abusiva).

Deste modo, percebeu-se que diante desses fatores que evidenciam a dinâmica familiar abusiva, a sobrevivência da família e da vítima nesse processo é marcada por muitas dores, as quais refletem no processo emocional, físico, educacional, social e afetivo destes. Conforme visto, muitos são os conflitos relacionados ao contexto de abuso em que estão sendo submetidos, principalmente nas tentativas não acolhidas sobre a problemática em que vivem as referidas famílias.



#### IV. Conclusão

Seguindo os objetivos lançados desde a proposta dessa pesquisa, conseguimos responder as respectivas metas almejadas, que são:

1. Analisar a configuração familiar pós-abuso;

Conseguiu-se obter respostas que nos permitem visualizar com olhos de fora a configuração familiar do núcleo que passou por uma vivência de situação incestuosa paterno-filial, na qual a vítima apresentava-se em idade infanto-juvenil.

Diante da descrição do desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que a rede familiar nuclear, como um todo, é afetada pela situação incestuosa, tendo, nas famílias entrevistadas nos relatórios, certas características emocionais emergentes comuns como: agressor violento (fisicamente e através de ameaças), não só com a vítima, mas no contexto familiar; agressor dominante na família; vítima- baixa autonomia e baixa auto-estima; vítima se culpa; silêncio; conjugalidade afetada; irmãos desorientados; mãe falha e com culpa; afastamento do agressor e quebra da fidelidade familiar com o OUTRO (social).

2. Levantar dados sobre como cada indivíduo, e a própria família, se organizou diante dessa vivência;

O presente objetivo, conforme foi apresentado no item “desenvolvimento da pesquisa”, tem sido constantemente apreciado devido a riqueza e espécie dos dados coletados.

3. Compreender como cada indivíduo significou o ato abusivo

O presente item se tornou inconsistente uma vez que apenas encontramos informações sobre os personagens principais da vivência, como a vítima, agressor e genitora (responsável pela criança abusada).

4. Determinar a importância da escuta de todos os integrantes do núcleo familiar para a organização salutar deste grupo.

O respectivo item foi avaliado constantemente na presente pesquisa, principalmente diante da inconsistência do objetivo “3” demonstrando uma abordagem retalhada da família em que encontra-se em estado de risco. Assim, ressaltou-se a importância de um potencial aumento na qualidade de assistência desses indivíduos,

projetando uma abordagem mais inclusiva e protetiva socialmente aos usuários do sistema de psicologia saúde-social.

Avaliou-se que o trabalho com a família nos contextos de violência é mais do que necessário, uma vez que a vivência mostra-nos o posicionamento familiar diante de tal situação e que o atendimento unicamente do sujeito vítima, é diminuto, sendo que é inserido em um contexto que apresenta intenso sofrimento pela situação incestuosa vivenciada.

A família como núcleo constituinte, coeso e transferencial precisa de atenção global em todo seu processo de desenvolvimento. Por ser pertencida por um grupo de pessoas, a família tem a perspectiva do conjunto e do indivíduo ambos permeados pela complexa subjetividade.

Nos casos de incesto, a visão global torna-se mais do que necessária; o processo de vitimização cega o verdadeiro processo que foi constituído, onde o significado se coloca não diante do dito nas normas sociais, mas na vivência de cada indivíduo, no encontro de cada um com a situação. Portanto, a escuta de todos os indivíduos integrantes do contexto incestuoso é imprescindível para o verdadeiro acolhimento e processamento da situação; cedendo espaço para cada integrante colocar sua dor e assim analisar na visão global a melhor ferramenta a se oferecer ao grupo familiar para o trabalho do tema. O objetivo torna-se que o conjunto lide com o incesto de maneira tal que seus integrantes encontrem um espaço saudável na família, evitando a formação do segredo, proporcionado a livre fala dos integrantes e rompendo com uma possível transgeracionalidade, a qual independe da reprodução da vítima representada.

Para tanto, a visão do conjunto familiar em toda sua complexidade é imprescindível. As ferramentas utilizadas no acolhimento devem ter coesão com cada vivência e com cada dor, facilitando o processo de reabilitação familiar. O incesto traz complexas ordens e estas não podem, e não devem, ser limitadas à visão de padrão social, uma vez que a subjetividade nos traz instâncias imprevisíveis. O posicionamento do indivíduo, a visão do funcionamento global e a não-fixação na éticidade (estigmatização) do acontecimento são as principais ferramentas de auxílio aos indivíduos que passam por tal vivência.

Remissivamente, percebeu-se que os objetivos da presente pesquisa foram alcançados conforme ansiado em seu projeto de apresentação, trazendo proposta de atendimentos psicossociais amplos, com base no enfoque sistêmico familiar, no qual o técnico em seu relatório teria como discorrer sobre a situação de todos os membros do núcleo familiar inserido em um contexto de violência sexual parteno-filial, proporcionando uma ação mais ampla nas medidas de proteção a essas famílias.

### Referências Bibliográficas

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de proteção à infância e à adolescência. Disponível em: <http://www.abrapia.org.br> – acesso 10 abr 2007.

Andolfi, Mauricio. Família/ indivíduo: Um modelo trigeracional. In: Elkaim (Org.) Terapia familiar em transformação. São Paulo: Summus, 2000, p.119-142.

Azevedo, Maria Amélia. Conseqüências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In: Azevedo e Guerra (Orgs). Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder (pp.143 - 167). - São Paulo: iglu, 2000.

Azevedo, Maria Amélia & Guerra, Viviane Nogueira Azevedo. Violência Doméstica na infância e na adolescência. São Paulo: Robe, 1995.

Azevedo, Maria Amélia & Guerra, Viviane Nogueira Azevedo. Infância e violência fatal em família. São Paulo: iglu, 1998.

Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil. (Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pela emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 42, de 2003, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6, de 1994 - 22ª ed.). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Série Textos Básicos n. 33, 1988.

Faleiros, Vicente de Paula. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama, trauma. In Costa & Almeida (Orgs) Violência no Cotidiano: do risco à proteção Brasília: Universa, 2005, p. 107 - 124).

Faiman, Carla Júlia Segre. Abuso Sexual em Família: a violência do incesto à luz da Psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Gonçalves, Hebe Signorini. Infância e Violência no Brasil. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

González Rey, Fernando Luiz. *La investigación cualitativa en psicología: Rumbos y desafíos*. São Paulo: Educ, 1999.

González Rey, Fernando Luiz. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson, 2005.

González Rey, Fernando Luiz. *Personalidade Saúde e Modo de Vida*. São Paulo: Thomson/ Pioneira, 2004.

Lins, Tatiana Araújo. *Violência Sexual: Justiça e Proteção*. 2006. Monografia de final do curso de Psicologia, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2006.

Lippi, José Raimundo da Silva. (Org). *Abuso e negligência na infância: Prevenção e direitos*. Rio de Janeiro: Científica Nacional, 1990.

Mattos, Gisella Oliveira. *Abuso sexual em crianças pequenas: peculiaridades e dilemas no diagnóstico e no tratamento*. Em Ferrari & Vecina (Orgs), *O fim do silêncio na Violência Familiar: Teoria e Prática*. São Paulo: Agora, 2002, p.174 - 200.

Minuchin, Salvador. *Famílias: funcionamento e tratamento*. (Trad. J. A. Cunha) Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

Rouyer, Michele. *As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo*. In Gabel (Org), *Crianças Vítimas de Abuso Sexual*. São Paulo: Summus, 1997, p. 62-71.

Sanderson, Christiane. *Abuso sexual em crianças: Fortalecendo Pais e Professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: Ed. M. Books do Brasil, 2005

Scodelario, Ariete Salgueiro. *A família abusiva*. In Ferrari & Vecina (Orgs), *O fim do silêncio na Violência Familiar: Teoria e Prática*. São paulo : Agora, 2002, p. 73-80.